

ACTA NÚMERO VINTE E CINCO
ASSEMBLEIA GERAL da Comissão Nacional Portuguesa
do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS-Portugal)

No dia vinte e cinco de Maio de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu, em segunda convocatória, por meios telemáticos, através do programa Zoom (<https://zoom.us/j/93774150667?pwd=kZ8U8dDjrXBM6CjkzSEG7bam9zUQci.1>), a vigésima quinta Assembleia Geral da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, doravante abreviadamente referida como Associação ou como ICOMOS-Portugal, com a participação de vinte e seis membros, conforme lista de participações que constitui o **anexo I**, que faz parte integrante da presente acta.

A Assembleia foi convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG), Nuno Ribeiro Lopes, mediante carta convocatória datada de quinze de Maio de dois mil e vinte e seis, enviada por correio eletrónico para todos os membros e que constitui o **anexo II**, que faz parte integrante da presente acta. A convocatória desta Assembleia Geral estabelece a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Deliberação sobre o modo de votação
2. Deliberação sobre o Relatório de Gestão, incluindo os relatórios de atividades e financeiro referentes ao ano de 2025
3. Deliberação sobre a Proposta de Atividades previstas e o Orçamento para 2026
4. Outros assuntos de interesse geral

O Presidente da MAG saudou os participantes na Assembleia Geral e agradeceu a participação de tantos sócios via Zoom.

Ponto um - Deliberação sobre o modo de votação - Nuno Ribeiro Lopes colocou à consideração dos participantes a autorização para a gravação da reunião, que foi aceite por unanimidade, e a forma como se efetuarão as votações que serão feitas oralmente, colocando o Presidente da MAG, no final da apresentação de cada ponto da ordem de trabalhos, as três opções: voto contra, abstenção ou voto a favor, tendo este método sido aceite por unanimidade da Assembleia. Patrícia Brum fez o registo dos votos no chat do programa Zoom.

Ponto dois - Deliberação sobre o Relatório de Gestão, incluindo os relatórios de atividades e financeiro referentes ao ano de 2025 - Nuno Ribeiro Lopes deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração (CA), tendo Orlando Sousa começado por referir os desafios que atualmente se colocam ao património, incluindo a fragmentação da administração pública nesta área. Em Janeiro de 2024 foram criados a Museus e Monumentos de Portugal, Entidade Pública Empresarial, e o Património Cultural, Instituto Público, tendo as Direções Regionais de Cultura passado a integrar as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Estas alterações acarretaram mais responsabilidades para o ICOMOS-Portugal, que agora tem assento nos conselhos consultivos de cada uma das entidades anteriormente referidas. Além disso, a Associação continua a pertencer à Secção de Património Arquitectónico do Conselho Nacional de Cultura, que é um órgão do Ministério da Cultura, e ao Conselho Consultivo da Comissão Nacional da Unesco.

Orlando Sousa prosseguiu com a descrição sumária das ações indicadas no Relatório de Gestão e sublinhou a iniciativa de reunir periodicamente os novos sócios, para os conhecer e conversar sobre os contributos que poderão dar ao ICOMOS. Além disso, referiu que era interessante dinamizar a criação de mais grupos nacionais no âmbito das diversas Comissões Científicas Internacionais (que são 31 atualmente). Por fim, sugeriu a ideia de criar um layout informático para que os sócios possam nele registar as iniciativas que vão realizando ou em que vão participando.

No ano passado, o evento mais significativo a nível internacional foi a AG realizada em Lumbini, no Nepal, em Outubro, na qual participaram quatro sócios portugueses. Orlando Sousa mencionou ainda que a comissão nacional do Escudo Azul ("Blue Shield") está a elaborar os seus estatutos.

O Tesoureiro Miguel Brito Correia apresentou as Contas de 2025, começando por referir que houve 157 quotas pagas, das quais 12 são jovens sócios e 1 é de um membro institucional. Considerando que as quotas dos sócios são atualmente a única fonte de rendimento da Associação, foi referido que a partir de 2024 o valor a transferir para o Secretariado Internacional passou para 53 euros por sócio individual, ficando a Comissão Nacional Portuguesa com 17 euros por sócio. No ano de 2025 as receitas totalizaram 10.685 euros e as despesas atingiram 9.378,43 euros, por isso o saldo foi positivo em 1.306,57 euros. Na conta bancária, a 31 de Dezembro, a Associação tinha 6.828,12 euros, que incluem saldos de anos anteriores.

Concluída a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos, Nuno Ribeiro Lopes colocou à votação o Relatório de Gestão referente ao ano de 2025 que foi aprovado por unanimidade da Assembleia.

Ponto três - Deliberação sobre a Proposta de Atividades previstas e o Orçamento para 2026 - O Presidente Orlando Sousa apresentou resumidamente o documento enviado com a convocatória e congratulou a nova representante dos Profissionais Emergentes, Mariana Durana Pinto, que sucedeu recentemente a Mariana Leitão Pereira. De salientar que Mariana Pereira, em 2023, passou a integrar o Conselho Diretivo Internacional e na próxima AG internacional se candidata a Secretária-Geral Internacional. Nesse sentido Soraya Genin apelou à participação portuguesa na AG internacional que decorrerá em Kuching, na Malásia, em Outubro próximo.

Não houve mais nenhuma questão levantada pelos sócios, por isso o Presidente da MAG colocou à votação a Proposta de Atividades previstas e o Orçamento para 2026 que foram aprovados por unanimidade da Assembleia.

Ponto quatro - Outros assuntos de interesse geral - O Presidente da MAG deu a palavra aos sócios e, em primeiro lugar, falou Vítor Cóias que apresentou o plano de ação do Fórum do Património, criado em 2017, focado em corrigir falhas na legislação e em aumentar a colaboração entre associações de património e o Estado. Destacou problemas de qualificação de profissionais e empresas que intervêm no património cultural. Vítor Cóias mencionou, ainda, que os empreiteiros não são obrigados a demonstrar competência técnica específica para intervir em edifícios classificados privados. O objetivo geral é criar um regime onde o património arquitetónico seja utilizado de forma culturalmente sustentável, incorporando um quarto pilar da sustentabilidade além dos económico, social e ambiental. Vítor Cóias esclareceu que o plano não está fechado e que pretende recolher contributos e propostas concretas das associações para melhorar a proposta, incluindo apoio jurídico para as ações de legislação.

Francisco Sousa Rio sugeriu organizar encontros anuais dos sócios portugueses em cada um dos 17 sítios classificados como Património Mundial.

Ana Paula Amendoeira concordou com o proposto pelo Presidente sobre as visitas do ICOMOS aos sítios inscritos na Lista do Património Mundial, acrescentando que o ICOMOS Portugal deveria propor uma participação no processo de avaliação, no âmbito dos ciclos periódicos, contribuindo para um maior rigor e exigência nestes procedimentos. Felicitou ainda a candidatura de Mariana Durana e o trabalho desenvolvido com os profissionais emergentes disponibilizando-se para toda a colaboração que seja considerada. Por fim deu informação sobre o ponto de situação relativa à criação do comité nacional do Escudo Azul, estando neste momento os estatutos a ser elaborados conforme as orientações internacionais.

Nelson Brito, que integra a Comissão Científica Internacional da Energia e Sustentabilidade (ISCES), enfatizou a importância de demonstrar boas práticas em gestão energética de edifícios com valor patrimonial e apelou à participação no evento em Palmela (25 e 26 de Julho) no qual se discutirá a sustentabilidade energética dos imóveis.

Soraya Genin propôs a criação de um grupo nacional da Comissão Científica Internacional para a Formação (CIF) e a distribuição de um inquérito sobre ensino da conservação junto de entidades académicas. Informou que pretende participar na AG internacional na Malásia, especialmente porque quer reforçar a mudança da estrutura das quotas internacionais que tem estado em estudo desde 2024. Por fim, solicitou ainda que a ata desta Assembleia Geral seja concluída com a maior brevidade possível, de modo a permitir a sua submissão ao Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente e Equiparadas, com vista à obtenção de financiamento, nomeadamente através do IRS

Nuno Ribeiro Lopes terminou a reunião solicitando à Assembleia um voto de confiança na redação da acta, para o qual obteve uma votação unânime. Agradecendo a participação de todos e, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral pelas dezanove horas e cinquenta minutos, e lavrada a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da MAG presentes.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Nuno Ribeiro Lopes

A Vogal da Mesa da Assembleia Geral, Maria Fernandes